

OS (DES)CAMINHOS DO “DESENVOLVIMENTO” E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE E NA EDUCAÇÃO DE JURUTI-PA

Raimundo Jorge da Cruz Couto¹

Anselmo Alencar Colares²

Resumo: Este artigo aborda como a exploração econômica da Amazônia não se reflete em benefícios para as comunidades, corrompe lideranças e dissimula intenções lucrativas de entidades chamadas de Organizações Não Governamentais (terceiro setor). Este recorte faz parte da pesquisa de doutorado sobre a atuação social e político-educacional das freiras franciscanas na cidade de Juruti, extremo oeste do estado do Pará, Mesoregião do Baixo Amazonas (1970 a 1992). No primeiro momento, tratamos sobre a exploração econômica dos recursos naturais de Juruti, fazendo um comparativo sobre a devastação da árvore pau-rosa, no início do século XX, com a extração do minério de bauxita e as consequências para a sociedade local. No segundo momento, evidenciamos as incoerências das lideranças dos movimentos de contraposição social que foram corrompidas pelo dinheiro. E a última parte contempla as disfarçadas intenções de mercado nas atividades das empresas do terceiro setor ligadas a empreendimentos de mineração. Cada parte deste artigo terá como referência uma localidade onde funciona ou funcionou uma escola de educação infantil gerida pelas freiras franciscanas. A primeira será a Escola de Educação Infantil Terra Preta (desativada), localizada na comunidade rural com o mesmo nome da escola; depois a Escola de Educação Infantil Esperança, localizada na Vila Rural de Muirapinima (em atividade); e, por fim, a Escola São Francisco, localizada no bairro Palmeiras, perímetro urbano (em atividade).

Palavras-chave: Freiras franciscanas; Exploração da Amazônia; Riquezas naturais.

THE (MIS)PATHS OF “DEVELOPMENT” AND ITS IMPACTS ON SOCIETY AND EDUCATION IN JURUTI-PA

¹Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Amazônia - PGEDA - Núcleo UFOPA, Universidade Federal do Oeste do Pará. Atualmente é Técnico Administrativo do Campus Universitário de Juruti da Universidade Federal do Oeste do Pará. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7227083881642099>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8197-3602>

²Doutor em Educação pela UNICAMP. Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará. Lotado no Instituto de Ciências da Educação (ICED), Curso de Pedagogia e Programa de Pós-graduação em Educação. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1107767923215438>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1767-5640>

Abstract: This article discusses how the economic exploitation of the Amazon does not benefit communities, corrupts leaders and conceals the profit-making intentions of entities called Non-Governmental Organizations (third sector). This section is part of the doctoral research on the social and political-educational activities of Franciscan nuns in the city of Juruti, in the far west of the state of Pará, Lower Amazon Mesoregion (1970 to 1992). In the first part, we discuss the economic exploitation of natural resources in Juruti, comparing the devastation of the rosewood tree in the early 20th century with the extraction of bauxite ore and the consequences for local society. In the second part, we highlight the inconsistencies of the leaders of social opposition movements who were corrupted by money. And the last part contemplates the disguised market intentions in the activities of third sector companies linked to mining ventures. Each part of this article will refer to a location where a preschool managed by Franciscan nuns operates or operated. The first will be the Terra Preta Preschool (now closed), located in the rural community with the same name as the school; then the Esperança Preschool, located in the rural village of Muirapinima (still in operation) and, finally, the São Francisco School, located in the Palmeiras neighborhood, urban perimeter (still in operation).

Keywords: Franciscan nuns; Exploration of the Amazon; Natural riches.

LOS (DES)CAMINOS DEL “DESARROLLO” Y SUS IMPACTOS EN LA SOCIEDAD Y LA EDUCACIÓN EN JURUTI-PA

Resumen: Este artículo aborda cómo la explotación económica de la Amazonía no resulta en beneficios para las comunidades, corrompe a los líderes y oculta intenciones lucrativas de entidades denominadas Organizaciones No Gubernamentales (tercer sector). Este extracto forma parte de una investigación doctoral sobre las actividades sociales y político-educativas de las monjas franciscanas en la ciudad de Juruti, extremo oeste del estado de Pará, mesorregión del Bajo Amazonas (1970 a 1992). En primer lugar, nos ocupamos de la explotación económica de los recursos naturales de Juruti, haciendo una comparación entre la devastación del palo de rosa a principios del siglo XX con la extracción de mineral de bauxita y las consecuencias para la sociedad local. En el segundo momento, destacamos las inconsistencias de los líderes de los movimientos sociales de oposición que fueron corrompidos por el dinero. Y el último momento contempla las intenciones de mercado encubiertas en las actividades de empresas del tercer sector involucradas en emprendimientos mineros. Cada parte de este artículo tendrá como referencia una ubicación donde funciona o ha funcionado un colegio de educación infantil regentado por monjas franciscanas. La primera será la Escuela de Educación Infantil Terra Preta (desactivada), ubicada en la comunidad rural del mismo nombre que la escuela; luego la Escuela de Educación Infantil Esperança, ubicada en Vila Rural de Muirapinima (en actividad) y, finalmente, la Escuela São Francisco, ubicada en el barrio de Palmeiras, perímetro urbano (en actividad).

Palabras clave: Monjas franciscanas; Exploración del Amazonas; Riquezas naturales.

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, chegam padres e freiras, oriundos do Nordeste brasileiro e Sul da Alemanha, para trabalhar em missão religiosa no município de Juruti, estado do Pará. Assim que chegam, os religiosos se deparam com uma situação que beirava a calamidade, como pobreza extrema, falta de atendimento hospitalar adequado, altos índices de mortalidade infantil e de adultos. Segundo o Censo Demográfico de 1970, havia um baixo índice de escolaridade no município. E, tanto na zona urbana como na rural, não havia atendimento educacional para as crianças em idade pré-escolar. Nesse período, segundo Cancian (2016), apesar das contradições políticas, boa parte dos membros da Igreja Católica estava engajada em proteger os trabalhadores e em combater as políticas de arrocho econômico e a violência física promovida pelos militares. Segundo Pereira e Lima (2018), na parte sul do estado do Pará, havia conflitos violentos ligados à posse da terra e contra o regime político com o importante apoio da Igreja na defesa dos pequenos lavradores. A maioria desses padres e freiras eram inspirados nos escritos dos teólogos Leonardo Boff, Leônidas Proaño e Frei Betto, os quais ligavam as reflexões bíblicas e teológicas à realidade social de superação da miséria social.

Foi com essa nova perspectiva de ação social libertadora que os padres e freiras, com a liderança de Brunhilde Henneberger e Alfonso Blumenfield, iniciaram os trabalhos em Juruti. Na segunda metade da década de 1970, já haviam iniciado os serviços em saúde, construção de poços artesianos e de casas populares, cursos de artesanato para geração de renda e pré-escolas na zona urbana e rural do município. Com o movimento religioso de Comunidades Eclesiais de Base, fomentou-se a formação política dos lavradores.

A ênfase neste recorte é sobre a exploração comercial da Amazônia, tendo como base metodológica o materialismo histórico-dialético, categoria

contradição, em que serão expostos os movimentos ligados à persuasão e à subordinação (Cury, 2018). O percurso narrativo se fará da seguinte forma: no primeiro momento, abordar-se-á as estratégias ambíguas utilizadas pelas grandes empresas, como carência de legislação ambiental rígida ocorrida no início do séc. XX e de convencimento da opinião pública através de promessas de empregos e de progressos econômicos que não se concretizam em médio e longo prazo. E, para ilustrar a situação, será feita a comparação da exploração da madeira pau-rosa pelos franceses e da bauxita pelos americanos. Na segunda parte, enfatizar-se-á os caminhos que levam as lideranças locais a serem corrompidas pelo dinheiro e, por fim, será exposto a falsa ideia da não lucratividade das empresas do Terceiro Setor. Para ilustrar cada item, serão utilizadas, como pano de fundo, três escolas de educação infantil fundadas na década de 1980 e 1990 pelas Freiras Franciscanas Maristella: Escola de Educação Infantil Terra Preta, Escola de Educação Infantil São Francisco e a Escola de Educação Infantil Esperança. São Francisco e Esperança continuam em funcionamento, já a escola Terra Preta teve suas atividades interrompidas no final dos anos de 1990 por falta de matrículas. Será utilizado o termo Casulo para especificar as escolas, pois é dessa forma que são identificadas no município. Isso ocorre desde o início em 1977 quando iniciou a parceria com LBA (Legião Brasileira de Assistência) e continuam sendo chamadas assim na atualidade.

As freiras franciscanas, por ameaças de violência, interromperam as atividades na sede do município em 1992, mas, devido à manutenção de mais de 20 unidades de Casulos, a freira Brunhilde resolveu ficar em Juruti e fundar uma casa congregacional na zona rural (Vila de Juruti Velho), a 80 km da sede, de onde pudesse acompanhar e orientar os serviços educacionais com as crianças e abrir uma nova frente de batalha contra a empresa de mineração de bauxita que iniciara o processo de instalação.

CASULO TERRA PRETA

O local onde foi instalado o casulo se chamava Terra Preta pelo motivo do solo da região ser composto por sedimento antrópico. Por milhares de anos, indígenas habitaram essa parte específica do município e foram depositando no solo elementos orgânicos, como restos de alimentos, que se decompuseram formando um solo de cor negra, rico em nutrientes e, por conseguinte, apropriados para a prática da agricultura. Nesses locais, é comum encontrar os restos de cerâmica desses antigos habitantes, conforme figura 1.

Figura 1 - Terra preta de indígena com cacos de cerâmica



Fonte: Centro de Arqueologia dos Biomas da Amazônia [website]. Disponível em: <https://portalamazonia.com/estados/amazonas/sitios-arqueologicos-na-amazonia>. Acesso em: 20 jan. 2023.

O Casulo Terra Preta foi efetivado no final dos anos de 1980 e teve que ser fechado no final dos anos de 1990 por falta de matrículas. Era considerado um casulo da zona rural, mas ficava muito próximo à zona urbana. O principal motivo do encerramento das atividades foi a redução do nascimento de crianças nas famílias. Os descendentes das numerosas famílias não seguiram o exemplo de seus pais e acabaram adotando a prática do planejamento familiar. Segundo a coordenação dos Casulos, houve, também, casos de descendentes que migraram em busca de oportunidades financeiras, principalmente para Manaus, algo comum nas famílias do município, o que acelerou o encerramento das atividades no Casulo.

Apesar do encerramento das atividades educacionais do Casulo Terra Preta, a freira Brunhilde não permitiu que a unidade fosse desmontada. Havia

sempre a esperança de que, com o crescimento populacional de outros bairros, em pouco tempo, haveria crianças suficientes para reabrir a unidade. Contudo, com implantação da empresa de mineração no município, essa ideia teve de ser completamente encerrada, porque a Alcoa decidiu adquirir grande parte dos terrenos da comunidade Terra Preta, transformando esse local em porto para o escoamento do minério de bauxita lavada (figura 2). Apesar da relutância de muitas famílias em vender suas terras, inclusive a Igreja Católica, que era a proprietária das terras onde estava instalado o Casulo, a empresa utilizou de estratégia de convencimento “corpo a corpo” com profissionais experientes, deixando pouca margem para as famílias recusarem as míseras ofertas financeiras.

Figura 2 - Visão panorâmica do porto de embarque da bauxita minerada pela Alcoa em Juruti



Fonte: CEFEM - Compensação Financeira por Empreendimentos Minerais.

Aqui vale uma reflexão sobre esses projetos de exploração na Amazônia que, no futuro, serão retratados como grandes “vergonhas” nacionais nos compêndios de história. E há um porquê: Juruti passou pelos vários “surtos” de exploração econômica, inclusive dos grandes projetos de desenvolvimento, como esse de exploração de bauxita, e ainda continua pobre. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³ é de 0,592, abaixo do índice geral do estado, de 0,646. A preocupação dos projetos não é e nunca foi melhorar a qualidade

³Escala desenvolvida pela Organização das Nações Unidas que compara o desenvolvimento dos países através dos indicadores educacionais, riqueza, expectativa de vida, infraestrutura, dentre outros.

de vida das pessoas, mas explorar os recursos até exaustão para enriquecimento de alguns e, propositadamente, deixando o ônus para a população, principalmente para os mais vulneráveis, como as crianças.

Um exemplo clássico dessa lógica capitalista perversa aconteceu com a exploração em Juruti Velho da árvore pau-rosa até seu limite. Em 1921, a empresária e “socialite” francesa Coco Chanel lança no mercado um perfume que se tornou o mais vendido de todos os tempos: o Chanel Nº 5. A essência desse perfume era extraída justamente da árvore pau-rosa. O problema dessa empreitada era que precisava de muitas árvores para se extrair o mínimo de essência para a fabricação do perfume. Como essa fragrância se tornou um sucesso de vendas no mundo inteiro, principalmente depois que a atriz Marilyn Monroe⁴ se tornou garota propaganda da marca, ocorreu a busca desenfreada pelas árvores pau-rosa na Amazônia. Na floresta de Juruti Velho, onde hoje está instalado o projeto de mineração de bauxita, havia uma vasta quantidade de pau-rosa, despertando a ambição dos exploradores da mata. Segundo Ferraz *et al.* (2009), os franceses iniciaram a exploração dessa árvore nas Guianas, onde há um território sobre a sua jurisdição e, assim que acabou o estoque da madeira nessa floresta, rumaram para o Brasil.

A descoberta, o início da produção e a exportação do óleo essencial de pau-rosa foram registradas[...] na Guiana Francesa. Em 1910, foram produzidas ali 22 toneladas (t) desse óleo. Com a escassez causada pela redução das populações nativas do pau-rosa, os franceses passaram a produzir óleo no então território federal do Amapá. Em 1925, com a descoberta da espécie em Juruti Velho (PA), foi instalada a primeira usina para extração industrial que, em seu primeiro ano de funcionamento, exportou quase 16 t de óleo essencial. Em pouco tempo, esse óleo já ocupava o terceiro lugar na pauta de exportação do estado do Pará, atrás da castanha e da borracha. Ao aumento da demanda internacional por esse óleo, durante a Segunda Guerra Mundial, correspondeu a uma exploração intensa das populações nativas de pau-rosa no Amazonas e no Pará. Na tentativa de diminuir os impactos da retirada das árvores nativas, já na década de 1940, os governos desses estados criaram consórcios, obrigando o plantio de uma muda de pau-rosa para cada 20 quilos de óleo produzido (Ferraz *et al.*, 2009, p. 3).

⁴Atriz ícone de Hollywood nas décadas de 1940 e 1950 e símbolo sexual da cultura norte-americana nesse período.

Assim como nas Guianas, o resultado da exploração desenfreada da madeira do pau-rosa foi catastrófico para a natureza em Juruti Velho, levando à quase extinção da árvore não só na localidade, como também no restante da floresta amazônica.

O processo de exploração tradicional levou ao quase desaparecimento do pau-rosa em áreas onde ocorria em alta densidade[...] para produzir um tambor de óleo (180 kg) são necessárias 18 a 20 t de madeira, e uma árvore de tamanho adequado à extração pesa, em média, 1,75 t. As árvores extraídas tinham um diâmetro à altura do peito (DAP) variando entre 30 a 60 cm. Considerando-se que o rendimento do óleo essencial em relação ao peso da madeira é estimado entre 0,7% e 1,1%, uma tonelada de tora poderia produzir 10 kg de óleo essencial de pau-rosa. Estimando que, em média, há uma árvore em cada cinco hectares, o autor conclui que, no mínimo, 825 mil árvores foram abatidas entre 1937 e 2002, para uma exportação de 13 mil t de óleo, explorando, assim, uma área florestal de mais de 4 milhões de hectares [...] O quase desaparecimento do pau-rosa levou o Ibama a incluí-lo na Lista de Espécies em Perigo de Extinção (Portaria 37/92, de 03.04.1992) e a editar normas para a sua exploração, industrialização e comercialização (Portaria nº 01/98, 18.08.1998) (Ferraz *et al.*, 2009, p. 3).

O resultado da exploração do pau-rosa em Juruti Velho foi extremamente positiva para a empresária Coco Chanel, pois viu sua fortuna crescer, e miserável para os moradores da região amazônica, que não usufruíram em praticamente nada dos benefícios financeiros e ainda contribuíram para a quase extinção de um vegetal lenhoso importante para a cadeia biológica da região.

Sem mera coincidência, a atual exploração de bauxita se assemelha em vários aspectos à exploração da essência do pau-rosa ocorrida no início do século XX em Juruti Velho. Quando a freira Brunilde se juntou aos comunitários da região de Juruti Velho contra a instalação do Projeto de Mineração de Bauxita pela mineradora Alcoa, a maioria dos empresários consideraram que a religiosa estava atentando contra os interesses econômicos do município, contudo, na verdade, ela queria mostrar que, em longo prazo, esse projeto só iria trazer prejuízo ao município e ao país.

Segundo Lopes (2012), o ano de 2005 foi importante para a implantação do projeto de exploração de bauxita em Juruti. Foi nesse ano que houve as audiências públicas em Juruti, Santarém e Belém. Apesar de muita resistência,

principalmente das comunidades que seriam atingidas, o projeto passou com relativa facilidade na Assembleia Legislativa do Estado e, em 2006, iniciou a instalação. Nas audiências públicas, os comunitários de Juruti Velho argumentaram que a exploração do minério iria impactar suas vidas de várias formas, tanto na agricultura como na coleta de alimentos e remédios na floresta. Um dos argumentos fortes era que a empresa iria tirar todo o minério de bauxita da região e depois deixar somente as adversidades sociais e ambientais para a população diretamente impactada pela exploração. Lopes (2012) enfatiza sobre os problemas socioambientais que esse projeto de mineração poderia causar ao município.

O Projeto Mina de Bauxita de Juruti, da mineradora ALCOA, por outro lado, apesar de se preocupar em produzir uma imagem pública fundada no discurso do desenvolvimento sustentável tem provocado, em linhas gerais, problemas similares de conflitos socioambientais presentes na órbita dos grandes empreendimentos minerários implantados na Amazônia brasileira. Um dos mais sérios problemas decorre da grande atração populacional, sem que tal crescimento seja acompanhado de infraestrutura necessária que, ao lado das múltiplas formas de apropriação e uso do território, provoca conflito socioambiental de diferentes ordens, demandando uma grande engenharia social para reivindicar a minimização e/ou compensação pelas perdas às quais as populações locais são submetidas (Lopes, 2012, p. 28).

Em 2005, foram feitas inúmeras reuniões para tentar barrar a instalação do projeto de mineração e, também, foram feitas mobilizações e passeatas na sede do município com intuito de despertar na população o quanto esse empreendimento iria prejudicar, no futuro, a todos, conforme mostra a figura 3.

Figura 3 - Protesto contra a implantação da mineradora Alcoa em 2005



Fonte: Arquivo digital das Irmãs Franciscanas de Maristella.

Como a empresa Alcoa tem vasta experiência em implantação de projetos de mineração em pequenas cidades pelo mundo afora, ela contratou a empresa CNEC⁵ para tratar especificamente da exigência federal (Lei nº 6.938, de 1981, com exigência do Conama, Resolução nº 001, de 23/01/1986) que obriga as mineradoras a elaborarem um estudo sobre impacto ambiental e, também, o relatório chamado EIA/RIMA para ser apreciado em audiências públicas. Como em um grande teatro, a empresa apresenta os resultados dos estudos através de especialistas bem vestidos e com linguajares específicos para convencer os cidadãos de que os benefícios serão muito maiores do que os estragos que deixarão no município. Para finalizar o teatro de “ilusão”, estimaram que o projeto traria cerca de 15 mil empregos diretos e indiretos à população. Nesse momento, a plateia que era a favor do projeto se regozijou em êxtase.

Segundo Lopes (2012), a audiência pública foi estrategicamente pedida para sede do município onde havia mais apoio ao projeto, enquanto que os comunitários exigiam, sem sucesso, que a audiência ocorresse na região de Juruti Velho, onde haveria mais resistência. Mesmo sendo na sede do município, houve um forte embate das lideranças da região de Juruti Velho

⁵Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores.

contra a CNEC, em que criticaram a empresa por esconder inúmeros problemas no estudo de impacto ambiental.

O EIA/RIMA tornou-se objeto de discordâncias, ampliando ainda mais as disputas no município de Juruti, envolvendo os proponentes do estudo e os diferentes grupos sociais envolvidos[...] A questão foi ganhando amplitude à medida que a empresa revelava os interesses do seu projeto: instalação da mina, construção da ferrovia e porto exportador. Essa infraestrutura, indispensável para o funcionamento do empreendimento, territorializou a empresa, se sobrepondo aos territórios preexistentes como, incluindo os de caça[...], da coleta da castanha-do-pará (*Bertholetia excelsa*), da andiroba (*Carapa guianensis*), da copaíba (*Copaifera reticulata*), do leite-de-amapá (*Hancornia amapá*), do leite de sucuba (*Plumeria sucuba*), do cumaru (*Coumaro unaadorata*), do tucumã (*Astrocaryum vulgare*), do pataua (*Oenocarpus pataua*), da bacaba (*Oenocarpus distichus*), do açai (*Euterpe oleracea*), do uxi (*Soccoglottis verrucosa*), de palha e de cipós, etc., gerando sérias disputas territoriais (Lopes, 2012, p. 123).

Mesmo com a evidência de que a instalação da empresa traria sérios problemas sociais e ambientais, e de que as comunidades diretamente afetadas não concordavam com a exploração da mina, o projeto foi aprovado e, em 2009, foi realizado o primeiro embarque de bauxita. O peso político e econômico da empresa foi determinante para impedir qualquer tentativa de evitar a empreitada. Sem contar que havia, por parte do governo do estado, o interesse escancarado pelos dividendos que cairiam nos cofres oriundos dos *royalties*.

Passados 12 anos desde o primeiro embarque de bauxita no porto de Juruti, o que se vê já era mais do que previsível. Conforme Silva e Silva (2016), a cidade continua muito pobre, e a maioria desses problemas de miséria econômica ocorre devido ao grande número de famílias que foram atraídas pela promessa de empregos que seriam gerados pelo empreendimento, algo que não ocorreu. Houve aumento da violência no município Juruti ocasionado pela explosão demográfica desde 2006; ocorreu, também, um silenciamento dos movimentos sociais em Juruti Velho depois que a empresa começou um repasse ínfimo dos “royalties” aos comunitários, uma espécie de “cala a boca”, isso prova que até a dignidade é passível de venda.

A ambição imediata gera situações desastrosas como essa que ocorre em Juruti. Quando houve a audiência pública no município para apresentar o EIA/RIMA (este autor estava lá presente na plateia), uma das lideranças da região de Juruti Velho pediu a palavra e disse algo marcante:

Se a bauxita fosse extraída com picareta e carregada em carrinho de mão, talvez tivéssemos a chance de conseguir o emprego que tanto vocês prometem, mas nós só entendemos de roça. Sabemos que grande parte dos empregos serão ocupados por pessoas de fora, pois não temos estudo suficiente para trabalhar na empresa, e outra coisa: vocês tentam nos agradar com promessas de melhoria, mas o único interesse de vocês é com o dinheiro que irão ganhar.

Nesse momento, uma parte da plateia vaiou fortemente e outra parte aplaudiu. Por fim, o peso do capital prevaleceu. No ritmo frenético que Alcoa extrai a bauxita em Juruti, em pouco tempo, estarão vazios todos os depósitos de minério do município. Será repetido o mesmo enredo da extração do pau-rosa, em que somente os empresários estrangeiros tiveram vantagem no final do processo: franceses com pau-rosa, americanos com a bauxita e os brasileiros com a vergonha de ter entregue sua riqueza primária em troca de um falso desenvolvimento para o município e para a Amazônia que jamais ocorrerá com esse modelo de exploração.

CASULO ESPERANÇA

O Casulo Esperança está situado na zona rural de Juruti, na localidade denominada oficialmente de Muirapinima, mas popularmente chamada de Juruti Velho, situada às margens do grande lago com o mesmo nome. O local foi onde iniciou a função administrativa do município no início do sec. XIX, mas que teve que ser mudado para as margens do Rio Amazonas para facilitar o comércio e a comunicação. É nessa região do Lago Juruti Velho que a empresa Alcoa explora o minério de bauxita e foi nessa região, também, onde ocorreu a desastrosa empreitada pela essência do pau-rosa no início do século XX.

A instalação da casa das freiras franciscanas se tornou estratégica por dois motivos: o primeiro era cuidar pedagogicamente e administrativamente do Casulo Esperança e mais seis Casulos situados no entorno do Lago, e o segundo era unir forças com os comunitários para lutar contra os projetos de mineração de bauxita e de exploração de madeira das matas extensas. Conforme o registro fotográfico (figura 4), a Vila está situada em uma pequena península onde, no verão amazônico, aparecem, em suas laterais, grandes extensões de praia que, no inverno, são cobertas pela cheia do rio. A fotografia da figura 4 foi tirada no período do inverno.

Figura 4 - Vila Muirapinima à esquerda e a localização do Casulo Esperança



Fonte: Portal Juruti Velho. Disponível em:
<https://www.facebook.com/photo.php?fbid>. Acesso em: 08 abr.
2023.

Conforme expresso na seção anterior, o embate dos comunitários com a empresa de mineração Alcoa não foi suficiente para impedi-la de extrair o minério de bauxita, então, foi necessário abrir novas frentes de batalha. Desde o início das atividades, acirraram-se as disputas políticas e econômicas em torno dos *royalties*⁶ gerados pela exploração do minério e que são destinados ao município. Para o fortalecimento dos produtores da região, foi criada a Acorjuve (Associação das Comunidades Reunidas de Juruti Velho), uma Organização Não Governamental, para gerir os interesses das comunidades na região.

⁶Quantia paga pela utilização de um bem, que pode ser físico ou intelectual: minério, marca, música, invenção, dentre outros.

A freira Brunhilde e outras correligionárias, junto aos pequenos produtores, acreditavam que o empreendimento traria sérios danos sociais e ambientais para a região, como não conseguiram evitar a instalação por conta da pressão do Estado e apoio dos empresários locais, concentraram na luta para reduzir os impactos ambientais e, também, conseguir que parte dos recursos financeiros gerados pelo empreendimento ficassem na própria região. A Acorjuve foi fundamental nessas negociações, contudo, à medida que começou a entrar dinheiro da empresa Alcoa, os interesses individuais começaram a sobressair em relação aos interesses coletivos, causando rupturas entre as freiras e a direção da Acorjuve.

Com experiência intuitiva em gestão de pessoas, a freira Brunhilde utilizou a prática de formar lideranças para, no futuro, assumirem o destino político das comunidades de Juruti Velho. Ela também já era consciente de que muitos comunitários não se tornariam lideranças através das formações realizadas nos cursos promovidos pela Igreja, mas poderiam ajudar na defesa dos interesses de todos. A princípio, despontaram lideranças promissoras que se contrapuseram com consistência nas audiências que antecederam a liberação de licenças para a implantação da empresa de mineração.

O peso político da Acorjuve foi tão relevante que conseguiram emplacar algo inédito em empreendimentos de mineração pelo mundo. A empresa foi obrigada a pagar parte dos lucros aos comunitários por intermédio da associação, e foi assim que o “castelo de lutas desmoronou”. Com a entrada de dinheiro, a principal liderança da Acorjuve, junto aos advogados, arranhou uma maneira de modificar o estatuto da entidade, permitindo-lhe eterna recondução ao cargo. Segundo Demeda (2020), as práticas utilizadas por essa liderança da associação assemelham-se ao autoritarismo, e quem não compactua com seus objetivos é relegado dos benefícios da associação.

Há, contudo, outra face dessa “chefia”, aquela que não atende a interesses e expectativas de determinados indivíduos e grupos, e, ao fazê-lo, não os reconhece como pares, na medida em que lhes nega a dádiva. Para esses indivíduos e grupos, o presidente faz uso do poder decorrente da gestão do dinheiro para subjugar aqueles que discordam do modelo de gestão e distribuição dos royalties,

excluindo-os dos processos de discussão e decisão. Além disso, esses opositores acusam o líder de manter sua base de apoio em função da distribuição do recurso por meio do “cartão Acorjuve”, sendo este um tipo de “cabresto” que não permite às pessoas (por medo de não mais receberem o recurso) assumirem posturas mais críticas e questionadoras perante a gestão (Demeda, 2020, p. 98).

A situação de abuso de poder por parte de lideranças da Acorjuve causou descontentamento para as freiras de Maristella, pois acreditavam que o fortalecimento da associação contribuiria para o desenvolvimento social e econômico das pessoas que compunham as comunidades afetadas pelo empreendimento minerador, e não apenas para meia dúzia de oportunistas que se aproveitaram do momento político a fim de usufruir dos benefícios econômicos. A decepção maior foi entender que, ao conceder formação às lideranças, estavam cultivando o “o ovo da serpente” que logo em seguida lhe atacariam.

Segundo as Irmãs de Maristella, a causa original do rompimento fora o mau uso dos royalties da mineração por parte da diretoria da Acorjuve. Entre os principais problemas apontados por elas está a falta de equidade e assimetria quanto à aplicação do recurso financeiro recebido e gerido pelos dirigentes da entidade. Falando em nome do grupo, a Irmã Brunhilde expressou seu descontentamento nestes termos: “Esse dinheiro, eu digo, ele ajudou para muitas coisas, mas acabou outras. [...] a gente fica triste de ver que esse dinheiro mudou tão pouco a vida das pessoas, a não ser pelo consumo, pela compra de algumas coisas” (Demeda, 2020, p. 104).

Segundo Demeda (2020), o fato de a Acorjuve objetivar se afastar das diretrizes das freiras de Maristella, de todo modo, não era algo que se pudesse julgar como negativo. Todos os organismos, para crescer, precisam caminhar com certa autonomia, e isso foi feito. O problema gerador de insatisfação foi o fato da associação se transformar em uma organização ditatorial. Desde que foi fundada, continua com o mesmo coordenador (já foram 8 eleições vencidas pela mesma pessoa), que controla os apoios através dos recursos financeiros que entram no caixa da associação mensalmente.

A decepção com as lideranças da Acorjuve fragilizou ainda mais a saúde da freira Brunhilde, que acabou sendo acometida com sucessivos infartos do

miocárdio. Contudo, essa decepção não reduz a importância da freira como defensora da floresta. Sua ousadia estava envolta em coragem e em constantes riscos desde o início da missão na Amazônia. Ela contou ao pesquisador que por pouco não ocorreu uma tragédia em uma de suas primeiras viagens vindo de Recife de “carona” em um avião da Força Aérea Brasileira para Santarém. Esse transporte era muito usado pelos missionários franciscanos nas missões indígenas pela Amazônia.

No início de 1970, ela inicia a viagem na base aérea de Recife e, nos primeiros momentos, estava tudo normal, até que, na metade do voo, o motor da aeronave simplesmente parou de funcionar por problemas técnicos, e o avião ficou planando por uns minutos. Os passageiros ficaram desesperados com medo da morte iminente, contudo, antes de tocar na floresta, os pilotos conseguiram religar o motor da aeronave. Ela contava rindo que o pânico das pessoas foi tão grande que o piso do avião ficou completamente sujo. Além desse susto, ainda sobreviveu a vários enfartes do miocárdio e a pelo menos três comas profundos por infecções causadas por malária. Em uma dessas internações, acabou perdendo parte da audição e, por fim, parte da coordenação motora das mãos, pernas e parte da visão. Além desses problemas de saúde, ainda foi muitas vezes ameaçada de violência pelos ricos da região, o que pouco afetou seu ímpeto por trabalho.

Outra atividade extremamente arriscada (que poderia ser alvo de violência armada) era impedir a passagem de balsas carregadas de madeira clandestina pelo Lago Juruti Velho (figura 5). Nessas ações, havia sempre junto a ela alguns comunitários corajosos que atravessavam com suas canoas e barcos na frente das balsas e impediam-nas de passar com o carregamento. Apesar de demonstrar um ato de coragem, essa ação, infelizmente, não reduziu a extração ilegal de madeira, apenas forçou os madeireiros clandestinos a buscar outras rotas de escoação.

Figura 5 - Freira Brunhilde (de blusa azul claro) junto a comunitários dialogando com os condutores da balsa de madeira interdita no Lago Juruti Velho



Fonte: Acervo digital da Congregação Franciscana de Maristella.

Enfim, o que servia de consolo para freira Brunhilde e revigorava suas forças para enfrentar essas ações arriscadas e estressantes era sua dedicação às crianças desde a Alemanha, quando iniciou suas atividades de magistério em creches destinadas aos filhos de operários germânicos e, a contar do momento em que chegou à Amazônia, nunca mediu esforços para dar dignidade às crianças através das creches e das pré-escolas. O pesquisador pôde perceber *in loco* sua enorme alegria em ver as crianças correndo e brincando nas áreas livres dos Casulos ou quando se aproximavam para abraçá-la. Parecia que a felicidade das crianças era sua razão para viver. Antes de perecer, pediu para que sua congregação religiosa não deixasse acabar os Casulos de Juruti.

CASULO SÃO FRANCISCO

O Casulo São Francisco está localizado no perímetro da cidade, no bairro do Palmeiras, foi o antigo local de funcionamento da Igreja Católica São Francisco. Como o espaço do terreno era insuficiente para comportar um templo com maior área construída e uma praça, os comunitários providenciaram um outro terreno com maiores proporções onde pudessem construir a igreja e demais espaços, e assim foi feito. O antigo local foi doado

para as mães da Pastoral da Criança⁷ que, em seguida, firmaram convênio com os Casulos para o funcionamento de uma pré-escola. Era maneira racional de ocupar um espaço que ficava ocioso na semana, pois as atividades da Pastoral da Criança - como a pesagem das crianças para certificar se não havia desnutrição, realização de palestras e orientações e, vez por outra, havia a distribuição de kits de enxoval e de alimentação - aconteciam somente aos sábados. Era um serviço de grande relevância social.

As aulas começaram em 2005 à base de improviso, com demanda alta de matrículas, mas as condições físicas do prédio eram precárias, e a coordenação dos Casulos avisou logo que estava sem condições financeiras de arcar com as reformas. Então, para resolver esse problema de infraestrutura do prédio, a Pastoral da Criança procurou os responsáveis pela Alcoa para pedir ajuda. A empresa atendeu a equipe e solicitou que encaminhassem um projeto para o Instituto Alcoa, que era a entidade responsável pela relação entre comunidade e empresa. A coordenação da Pastoral da Criança elaborou o projeto para a reforma do barracão e encaminhou para o Instituto Alcoa que, imediatamente, aprovou o projeto. A reforma foi feita com base na estrutura antiga e entregue em pouco tempo, com direito à cerimônia de inauguração.

Aqui vale uma outra reflexão que se assemelha àquilo que já foi tratado no extinto Casulo Terra Preta, mas que é importante reforçar para, ao menos, deixar algum registro. O Instituto Alcoa é uma empresa sem fins lucrativos que foi criada na década de 1990 pela empresa de mineração para fazer ações sociais nas cidades onde atua extraíndo minérios. Esse instituto é uma empresa do chamado terceiro setor⁸, assim, também, como a Associação Amiga da Criança de Juruti. A semelhança está na atuação social em lugares onde o Estado se faz pouco presente, e a diferença está ligada aos interesses econômicos.

⁷A Pastoral da Criança é um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Funciona nas mais diversas paróquias do país.

⁸Empresas que não fazem parte nem do mercado e nem do Estado.

Uma empresa atuante no mercado vai sempre visar ao que for mais lucrativo, enquanto outras almejam o bem comum, sem necessariamente objetivar lucros financeiros. Nesse caso específico, há um paradoxo: as duas empresas poderiam estar fora do quesito terceiro setor, pois ambas estão ligadas tanto ao setor financeiro quanto à municipalidade (a ACA mantém convênio com a prefeitura). Por conta desses dilemas, foi criada, em 1999, a Lei nº 9.790/99, que regulamenta as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, e institui e disciplina o termo parceria. Portanto, no Art. 2º, há uma série de entidades que podem utilizar de seus lucros ou bonificações para fomentar atividades sociais, como sociedades comerciais, sindicais, partidárias, religiosas, dentre outras. Para Oliveira e Sousa (2015), depois da promulgação dessa Lei, houve um crescimento vertiginoso das empresas do terceiro setor no país, contudo, ainda não está tão clara sua função no âmbito do desenvolvimento social.

Estas discussões revelam convergência de preocupações sobre alguns pontos importantes, entre eles: a natureza e as repercussões do crescimento das organizações sociais no Brasil; a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre essas formas de organizações que vêm surgindo; e de identificar políticas e ações que possam ajudar a inserir gradualmente essas organizações pertencentes ao setor num quadro mais amplo de desenvolvimento sustentável. Desafios esses que estão longe de serem singelos, pois demandam um rompimento com o legado histórico de subordinação, assistencialismo e clientelismo (Oliveira; Sousa, 2015, p. 15).

Para o setor econômico lucrativo, essa parceria é extremamente vantajosa por ser barata e eficiente, principalmente para empresas que agridem o meio ambiente e/ou necessitam desenvolver suas atividades econômicas em locais onde estão estabelecidos os bolsões de miséria, como no caso de Juruti. Dessa forma, qualquer ajuda é bem-vinda para os pobres e estratégica para a empresa que explora até a exaustão essa condição de vulnerabilidade das pessoas.

Figura 6 - Doação de R\$ 10.000,00 pelo Instituto Alcoa à Comunidade Jauari - Região do Juruti Velho



Fonte: <https://www.facebook.com/InstitutoAlcoa/photos/pcb>.
Acesso: 17 abr. 2023.

A empresa Alcoa, por exemplo, utiliza todas suas mídias sociais (figura 6) para divulgar suas “bondades” para os comunitários com a clara intenção de vender a imagem de responsabilidade com a humanidade, o que esconde ou “maquia” os danos ambientais e sociais que esses projetos acarretam à região. Para Souza (2012), as empresas apelam para a psicologia social ao se mostrarem “solidárias”, mas o interesse é somente o financeiro.

Ao que concluir se faz de mais agressivo citado pelos autores críticos ao Terceiro Setor é a forma com que esse segmento é usado pela iniciativa privada: Marketing Social para a empresa envolvida na ação. Uma empresa privada que se mostra “solidária” ou preocupada com os problemas sociais, na verdade pode estar vendendo uma figura imagética de solidariedade que faz dessa empresa mais visada e melhor notada, uma forma indireta de propaganda, marketing social já que sua real intenção está mais focada em explorar o potencial de consumo em todas as classes sociais, inclusive de seus “clientes” do qual transforma o capital humano empregado em uma ferramenta de exploração em nome da imagem da empresa diante da sociedade (Souza, 2012, p. 5).

Em princípio, a ideia por trás da iniciativa era importante, porque daria respostas onde o Estado se fazia ausente, contudo, essa ação perde seu valor humanitário, pois o capitalismo transforma tudo em dividendo, inclusive as ações caritativas. Assim como o ilusionista cativa sua plateia com truques, velocidade e destreza para finalizar sua magia, o capitalismo também usa desse recurso da ilusão para humilhar e exercer seu controle sobre a vida e a

morte. Boaventura de Sousa Santos (2007) reflete que, por traz dessas falsas intenções, há um fascismo descarado:

Tenho descrito esta situação como a ascensão do fascismo social, um regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca. Noutro lugar distingo cinco formas de fascismo social. A primeira forma é o fascismo do apartheid social (Santos, 2007, p. 16).

Ao passar dois anos da entrega do barracão, a avaliação geral da coordenação dos Casulos foi a de que a empresa Alcoa levou vantagem com essa parceria por várias razões:

- 1) A mineradora conseguiu associar seu nome a um movimento da Igreja Católica que desenvolve um serviço social muito importante em áreas sociais vulneráveis, o que acabou gerando benefícios à imagem da empresa; e, por tabela, associou seu nome ao Casulo, que, até então, era uma das únicas instituições que se contrapôs à instalação do projeto de mineração.
- 2) Outro aspecto, e talvez o mais grave, foi o serviço de péssima qualidade feito no barracão (figura 7).

Figura 7 - Barracão reformado com recursos do Instituto Alcoa



Fonte: Arquivo fotográfico de Jader Batista.

Logo se percebeu que a construção era inadequada para as atividades escolares, os arquitetos estavam muito mais preocupados em economizar materiais do que fazer um prédio adequado à educação infantil. Os parapeitos eram altos demais e sem ventilação e, para completar, o material usado era de baixa qualidade, o que forçou a coordenação do Casulo a reformar completamente o barracão, como mostra a figura 8.

Figura 8 - Casulo São Francisco sendo reformado pela coordenação dos Casulos



Fonte: Arquivo digital da ACA.

Enquanto a Alcoa lucrou com a parceria exitosa e de baixo investimento, a ACA teve que arcar com o prejuízo pelo péssimo serviço que foi entregue pela empresa. Esse, naturalmente, foi o preço do relacionamento com uma empresa com vasta experiência em “encantar” pequenas comunidades. Se ela quisesse realmente ajudar, teria construído um outro prédio, e não uma reforma em um barracão que já estava desgastado pelo uso, mas isso demandaria mais recursos financeiros, o que não é de interesse da iniciativa privada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população de Juruti não pode alegar desconhecimento quando observar que as promessas feitas pela empresa de mineração eram inviáveis e não durariam para sempre. Dentre as várias vozes que se contrapuseram ao projeto

de mineração no dia da audiência pública ocorrida em 2005, estava a de um estudioso aposentado que tentou explicar que a mineradora usa a eficiência e alta tecnologia para extrair o máximo de minério em pouco tempo. Significava dizer que, em um curto período, os depósitos estariam secos e, quando isso ocorresse, Juruti mergulharia em pobreza profunda. Seu alerta ecoou sem ressonância. A plateia nem se deu ao trabalho de vaiar a sua explanação técnica.

O exemplo de Juruti demonstra que, por mais que se tenha boa vontade em combater projetos de exploração dos recursos naturais da Amazônia, a promessa de recurso financeiro embaça qualquer reação crítica da maioria que será afetada. Marx (2013) reflete que a riqueza produzida pelo capitalismo é resultado da miséria e da ilusão da classe trabalhadora no progresso, mas, na verdade, o progresso será usufruído por poucos. Por isso, a crise se faz necessária. “Além do mais, a mera consciência de que o sistema capitalista produz tanto grande riqueza como a mais triste miséria não cria por si só movimentos revolucionários. Daí a importância da crise do próprio capital.” (Marx, 2013, p. 103).

O que se vê no horizonte amazônico não parece promissor. A linha combativa da Igreja Católica aos problemas sociais foi gradualmente reprimida pelas sucessivas políticas conservadoras do Vaticano a partir do papa João Paulo II. As lideranças populares são fáceis de serem cooptadas pelo dinheiro (como ocorreu com as lideranças da Acorjuve) e outras lideranças que combatem em outras frentes, como os madeireiros, são silenciadas pela ameaça de violência e lentidão de resposta do Estado.

Esperanças se têm ainda nos jovens através de uma base educacional mais consciente da realidade, o que não é o suficiente, mas soma forças para mudança de mentalidade, como sentencia Freire (2000): “quanto mais e mais tenhamos vivido a tensão dialética nas relações entre autoridade e liberdade tanto melhor nos teremos capacitado para superar razoavelmente crises de difícil solução [...]” (Freire, 2000, p. 35).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 2/9/1981, página 16529 (Publicação Original). Brasília, 1981.
- BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 24/3/1999, Página 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.
- CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. *USP* - Ano VII, n. 11, pp. 95-116, 2016.
- CURY, Juliana Marques; CURY JÚNIOR, Célio Hely. A categoria totalidade no materialismo histórico dialético. *Evidência*, Araxá, v. 14, n. 15, p. 167-173, 2018.
- DEMEDA, Kátia Solange do Nascimento. *Dádiva e relações de poder na gestão dos royalties de mineração em Juruti Velho, Juruti - PA*. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento). Santarém: UFOPA, 2020.
- FERRAZ, João B. S. *et. al.* Perfumes da floresta amazônica. *Cienc. Cult.* vol. 61 no. 3 São Paulo, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação*. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem Populacional*. 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo.html?id=769&view=detalhes>. Acesso em: 02 out. 2024.
- LOPES, Luís Otávio do Canto. *Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidade ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti - Amazônia - Brasil*. Tese (doutorado em Ciências Econômicas). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- MARX, Karl. *O Capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Eider Arantes; SOUSA, Edileusa Godói de. O Terceiro Setor no Brasil: Avanços, Retrocessos e Desafios para as Organizações Sociais. *RIGS revista interdisciplinar de gestão social* v.4 n.3 set. / dez. 2015.

PEREIRA, Airton dos Reis; LIMA, Alex Costa. *Estado, Igreja e Possesores: as histórias não contadas da atuação da igreja católica na resistência camponesa nos conflitos pela posse da terra em São Geraldo do Araguaia - Pará*. Marabá: UEPA, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais on-line*. n. 78, p. 3-46. Editora Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2007.

SILVA, João Marcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da. Juruti: uma comunidade amazônica atingida pela mineração. *GEOgraphia* - Ano. 18 - Nº36 - 2016.

SOUZA, Luciana Virgília Amorim de. Terceiro setor: vilão ou aliado? *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF: 18 out 2012, 11:23. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/31998/terceiro-setor-vilao-ou-aliado>. Acesso em: 27 fev. 2023.

Recebido em: 30/05/2024.

Aprovado em: 24/10/2024.

Publicado em: 01/02/2025.